

AMÓS OZ

FANIA OZ-SALZBERGER

Os judeus e as palavras

Tradução

George Schlesinger

Copyright © 2012 by Amós Oz e Fania Oz-Salzberger
Copyright glossário © Jüdischer Verlag Berlin 2013

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
Jews and Words

Capa
Sonia Shannon

Foto de capa
Julie Fischer/ Getty Images

Preparação
Ana Cecília Agua de Melo

Índice onomástico
Luciano Marchiori

Revisão
Angela das Neves
Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oz, Amós

Os judeus e as palavras / Amós Oz, Fania Oz-Salzberger;
tradução George Schlesinger. 1ª ed. — São Paulo : Companhia
das Letras, 2015.

Título original: Jews and Words.
ISBN 978-85-359-2523-4

1. Bíblia A.T. — Crítica e interpretação 2. Judaísmo — História
3. Judeus — História 4. Judeus — Vida intelectual 5. Literatura
hebraica — História e crítica 1. Oz- Salzberger, Fania. II. Título.

14-12696

CDD-305.8924

Índice para catálogo sistemático:

1. Identidade judaica : Sociologia 305.8924

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Prefácio.....	9
Agradecimentos.....	11
1. Continuidade.....	15
2. Mulheres vocais.....	71
3. Tempo e atemporalidade.....	118
4. Cada pessoa tem um nome; ou os judeus precisam do judaísmo?.....	160
<i>Epílogo</i>	201
<i>Fontes</i>	217
<i>Glossário</i>	233
<i>Índice onomástico</i>	245

1. Continuidade

Em dois e trinta extremamente ocultos e magníficos caminhos de sabedoria o Senhor das Multidões entalhou seu nome: Senhor dos exércitos de Israel, Deus sempre vivo, misericordioso e gracioso, sublime, que mora nas alturas, que habita a eternidade. Ele criou este universo pelos três Sefarim — Número, Texto e Narrativa. Dez são os números, como o são as Sefirot, e vinte e duas as letras, estas são as Fundações de todas as coisas.

A continuidade judaica sempre se articulou em palavras proferidas ou escritas, num sempre expansível labirinto de interpretações, debates e discordâncias, e numa interação humana única. Na sinagoga, na escola e, acima de tudo, em casa, esta interação sempre envolveu duas ou três gerações em conversas profundas.

A nossa não é uma linhagem de sangue mas uma linhagem de texto. Há um sentido tangível no qual Abraão e Sara, Raban Yohanan, Glikl de Hamelin e os presentes autores pertencem todos à mesma árvore familiar. Tal continuidade tem sido recente-

mente questionada: não houve coisa nenhuma de “nação judaica”, nos dizem, antes de os ideólogos modernos a conceberem. Bem, nós discordamos. Não porque sejamos nacionalistas. Um dos propósitos deste livro é reclamar nossa ancestralidade, mas outro é explicar que tipo de ancestralidade, na nossa opinião, é digno do esforço de ser reclamado.

Não estamos falando de pedras, clãs ou cromossomos. Não é preciso ser arqueólogo, antropólogo ou geneticista para traçar e substanciar um continuum judaico. Não é preciso ser um judeu praticante. Não é preciso ser judeu. Ou, quanto a isso, ser antissemita. Basta ser um leitor.

Em seu maravilhoso poema “Os judeus”, o falecido poeta israelense Yehuda Amichai escreveu:

*Os judeus não são um povo histórico
Nem sequer um povo arqueológico, os judeus
São um povo geológico com fissuras
E desabamentos e estratos e lava incandescente.
Seus anais devem ser medidos
Numa diferente escala de medida.*

Um povo geológico: esta metáfora especial pode conter uma verdade profunda acerca de outras nações, também. Não precisa ser apenas sobre os judeus. Mas tem uma poderosa ressonância para nós quando refletimos sobre a continuidade judaica como basicamente textual. A nacionalidade judaica “histórica”, étnica, genética é um relato de fratura e calamidade. É uma paisagem de desastre geológico. Podemos alegar um pedigree biológico datando, digamos, dos judeus da Galileia da era romana? Nós duvidamos. Tanto sangue, tanto de conversos como de inimigos, de emblemáticos khazares e cossacos, pode estar correndo em nossas veias. Em contrapartida, geneticistas de hoje parecem nos dizer

que alguns de nossos genes têm nos acompanhado por algum tempo.

Isso é interessante. Mas sem o menor interesse para o nosso ponto.

Existe uma linhagem. Nossos anais *podem* ser aferidos, nossa história contada. Mas nossa “diferente escala de medida” é feita de palavras. É disto que trata este livro.

Nesta fase inicial devemos dizer em alto e bom som que tipo de judeus somos nós. Somos ambos israelenses judeus seculares. Esta autodefinição carrega diversos significados. Primeiro, não acreditamos em Deus. Segundo, hebraico é a nossa língua-mãe. Terceiro, nossa identidade judaica não é movida pela religião. Temos lido textos judaicos hebraicos e não hebraicos durante toda nossa vida; eles são os nossos portões culturais e intelectuais para o mundo. Todavia, não há um único osso religioso em nossos corpos. Quarto, vivemos atualmente num clima cultural — na parte moderna e secular da sociedade israelense — que cada vez mais identifica citação bíblica, referência talmúdica e até mesmo um mero interesse no passado judaico como inclinação de coloração política, na melhor das hipóteses atávico, na pior, nacionalista e triunfalista. Este atual retraimento liberal da maioria das coisas judaicas tem muitas razões, algumas delas compreensíveis; mas é mal dirigido.

O que significa o secularismo para os judeus israelenses? Evidentemente mais do que significa para outros não crentes modernos. Desde os pensadores da Haskalá do século XIX até os autores hebraicos de hoje, a secularidade judaica vem recheando uma quantidade crescente de prateleiras e um espaço cada vez maior para o pensamento criativo. Eis aqui apenas uma casca de noz, de um ensaio intitulado “A coragem de ser secular”, de Yizhar

Smilansky, o grande escritor israelense que assinava seus livros com o pseudônimo de Samech Yizhar:

Secularismo não é permissividade, tampouco caos desregrado. Ele não rejeita a tradição, e não vira as costas para a cultura, seus impactos e seus sucessos. Tais acusações são pouco mais que demagogia barata. Secularismo é uma compreensão diferente do homem e do mundo, uma compreensão não religiosa. O homem pode muito bem sentir a necessidade, vez ou outra, de buscar Deus. A natureza dessa busca não tem importância. Não existem respostas imediatas, nem indulgências imediatas, pré-embaladas e prontas para uso. E as próprias respostas são armadilhas: abdique da sua liberdade para ganhar tranquilidade. O nome de Deus é tranquilidade. Mas a tranquilidade se dissipará e a liberdade estará desperdiçada. Então, o quê?

Seculares autoconscientes não buscam tranquilidade, mas inquietude intelectual, e adoram perguntas mais do que respostas. Para judeus seculares como nós, a Bíblia hebraica é uma magnífica criação humana. Unicamente humana. Nós a amamos e a questionamos.

Alguns arqueólogos modernos nos dizem que o reino israelita das Escrituras foi um gnomo insignificante em termos de cultura material. Por exemplo, o retrato bíblico dos grandes edifícios de Salomão é uma fabricação política posterior. Outros estudiosos lançam dúvida sobre toda forma de continuidade entre os antigos hebreus e os judeus de hoje. Talvez seja isto que Amichai deseja dizer quando afirmou que não somos “nem sequer um povo arqueológico”. Mas cada uma dessas abordagens acadêmicas, factualmente certa ou errada, é simplesmente irrelevante para leitores como nós. Nosso tipo de Bíblia não requer nem origem divina

nem prova material, e a nossa reivindicação dela nada tem a ver com os nossos cromossomos.

O *Tanach*, a Bíblia no original hebraico, é empolgante.

Nós a “compreendemos” até a última sílaba? Obviamente não. Mesmo aqueles que falam o hebraico moderno com proficiência provavelmente interpretam mal muitas palavras bíblicas, pois o sentido delas difere bastante daquilo que significavam no hebraico antigo. Tomemos esta belíssima imagem de Salmos 104,17: “Ali os pássaros se aninham, *hassida broshim beiyta*”. Para o ouvido de um israelense de hoje, estas três palavras significam “a cegonha faz sua morada nos ciprestes”. Faz-nos refletir, aliás, na cativante frugalidade do hebraico antigo, que muitas vezes consegue uma expressão de três palavras que requer o triplo desse número em tradução inglesa.* E como cada uma dessas três palavras é colorida e saborosa, três substantivos, transbordando de significado! Em todo caso, voltemos ao nosso ponto principal. Veja, atualmente em Israel as cegonhas não fazem suas moradas em ciprestes. De qualquer modo, cegonhas muito raramente fazem ninhos por aqui, e quando baixam ao solo aos milhares para uma noite de repouso a caminho da Europa ou da África, os ciprestes em forma de agulha não são a sua escolha óbvia.

Então devemos estar entendendo errado; ou a *hassida* não é uma cegonha, ou o *brosh* não é um cipreste. Não importa. A frase é adorável, e sabemos que se refere a uma árvore e um pássaro, parte de um grande louvor à criação de Deus — se preferirem, à beleza da natureza. O salmo 104 dá ao leitor em hebraico a imagem ampla, o denso e afinado deleite que poderia ser comparado à magia de um poema de Walt Whitman. Não sabemos se o mesmo ocorre numa tradução.

* E mais palavras ainda em português. (N. T.)

A Bíblia, portanto, vai além do seu status de texto sagrado. Seu esplendor como literatura transcende tanto a dissecação científica como a leitura devocional. Ela comove e empolga de maneiras comparáveis às grandes obras literárias, às vezes Homero, às vezes Shakespeare, às vezes Dostoiévski. Mas sua influência histórica é diferente da influência dessas outras obras. Admitindo que outros grandes poemas podem ter inaugurado religiões, nenhuma outra obra de literatura gravou de forma tão efetiva um código legal, apresentou de forma tão convincente uma ética social.

E é também, obviamente, um livro que deu origem a inúmeros outros livros. Como se a própria Bíblia desse ouvidos e atentassem para o mandamento que atribui a Deus, “ide e multiplicai-vos”. Assim, mesmo que cientistas e críticos estejam certos, e a antiga Israel não tenha erigido palácios nem testemunhado milagres, sua produção literária é ao mesmo tempo palaciana e milagrosa. Referimo-nos a isto num sentido absolutamente secular.

Mas cuidemos de manter o equilíbrio. Temos muitas coisas deliciosas a dizer sobre as especificidades judaicas, mas este livro enfaticamente não pretende ser uma celebração de separatismo ou superioridade. A cultura judaica nunca foi impenetrável para a inspiração não judaica. Mesmo quando reprimiu tendências estrangeiras, muitas vezes as endossou silenciosamente. Para nós, Tolstói é um pilar tão gigantesco quanto Agnon, e Bashevis Singer não cala Thomas Mann. Há muita coisa que estimamos na literatura “gentia” e um bocado que não nos agrada nas tradições judaicas. Muitas das Escrituras, inclusive a Bíblia com toda sua eloquência, ostentam opiniões que não podemos aprofundar e regras que não podemos obedecer. Todos os nossos livros são falíveis.

O modelo judaico de conversas intergeracionais merece atenção detalhada.

Os textos hebraicos antigos estão continuamente engajados com dois pares fundamentais: pais e filhos, professores e alunos. Estes pares são indiscutivelmente mais importantes, até mesmo mais importantes, que mulher e homem. A palavra *dór*, geração, aparece dezenas de vezes tanto na Bíblia como no Talmude. Ambas as obras adoram enumerar cadeias de gerações, com origem no passado distante e apontando para o futuro longínquo. Um bocado é dito sobre o elo mais básico da cadeia, o Pai e o Filho. (Por favor, tenham paciência em relação a mães e filhas; elas também habitam este livro.) De Adão e Noé até a destruição dos reinos de Judá e Israel, a Bíblia fecha e abre o foco sobre pais e filhos específicos, a maioria deles pertencente a genealogias meticulosamente listadas.

Este não é, de maneira alguma, um caso único. Muitas culturas, provavelmente todas as culturas, possuem paradigmas patrofiliais nas raízes de sua memória coletiva, mitologia, éthos e arte. Existe um contexto universal para os numerosos dramas bíblicos de pais e filhos. São os perenes contos de amor e ódio, lealdade e traição, semelhança e diferença, herança e deserção. Quase todas as sociedades abraçam o imperativo da narrativa intergeracional. Quase todas as culturas têm glorificado a passagem da tocha do velho para o jovem. Este tem sido sempre um dever primário da memória humana — familiar, tribal e, mais tarde, nacional.

Mas há um desvio judaico para este imperativo universal. “Nenhuma civilização antiga”, escreve Mordecai Kaplan, “pode oferecer um paralelo comparável em intensidade com a insistência do judaísmo em ensinar os jovens e inculcar neles as tradições e costumes de seu povo”. Será esta generalização justa com outras civilizações antigas? Não pretendemos saber nem julgar. Mas sabemos sim que meninos judeus, de modo nenhum apenas os ricos e privilegiados, eram colocados em contato com a palavra escrita numa idade incrivelmente tenra.

Eis aqui uma espantosa constante da história judaica desde (pelo menos) os tempos da Mishná: esperava-se que todo garoto fosse à escola dos três anos de idade até os treze. Esta obrigação era imposta a crianças do sexo masculino e seus pais e mães, administrada e frequentemente subsidiada pela comunidade. Na escola, muitas vezes um local de uma sala, com um único professor e alunos de múltiplas idades, os meninos estudavam hebraico — não sua língua materna, e não uma língua viva mesmo em tempos talmúricos — num nível suficiente para ler e escrever. Este estudo de dez anos era incondicional, independente de classe social, pedigree e recursos financeiros. Alguns garotos seguramente saíam da escola antes de chegar a ser Bar mitsvá, mas poucos permaneciam iletrados.

O segredo era ensinar-lhes muita coisa nos primeiros anos, e sabiamente empanturrá-los de doces para mastigar com o primeiro alfabeto. Onde outras culturas deixavam os garotos aos cuidados da mãe até serem velhos o suficiente para puxar o arado ou manejar a espada, os judeus começavam a aculturar suas crianças à narrativa antiga tão logo os pequenos comessem a compreender palavras, aos dois anos, e lê-las, muitas vezes já na precoce idade de três anos. A escolaridade, em suma, começava logo depois de desmamar.

O desvio judaico também se incluía no recipiente em que a narrativa antiga era servida aos rebentos. Cedo na nossa história começamos a depender de textos escritos. A grande história e os imperativos nela embutidos passavam de geração em geração em tabletes, papiros, pergaminhos e papel. Hoje, ao escrevermos este livro, a historiadora entre nós verifica todas as nossas referências em seu iPad, e não consegue resistir à doce reflexão de que a textualidade judaica, na verdade toda a textualidade, fechou o ciclo completo. Do tablete ao tablet, do rolo ao rolar.*

* *“From tablet to tablet, from scroll to scroll”*. O jogo de palavras em inglês é óbvio, e dispensa explicação. (N. T.)

Isto nos conduz ao nosso segundo par, professor e aluno. Todas as culturas livrescas estão propensas a gerá-lo.

Quem foram nossos primeiros Professor e Aluno? A tradição judaica posiciona Moisés como mestre de todos os mestres; mas nem Aarão nem Josué, mais tarde rotulados de alunos de Moisés, comportam-se como alunos. E tampouco se tornam grandes professores. Portanto, especificamos o mais antigo par professor-aluno como Eli, o sacerdote, e seu aluno Samuel, o profeta. Note-se que os dois filhos biológicos de Eli voltaram-se para o mal, ao passo que seu filho espiritual saiu-se extremamente bem. Aí reside uma verdade mordaz: filhos podem se tornar uma grande decepção, mas um bom aluno raramente nos desapontará.

Professor e aluno, rabi e *talmid*, são o esteio da literatura judaica pós-bíblica até os tempos modernos. Era uma relação eletiva — “arranje um rabi para si”, a Mishná instrui significativamente — e assim é diferente do par biológico pai-e-filho sob alguns aspectos, embora semelhante em outros. Os rabis eram quase invariavelmente venerados, é claro, mas os alunos com frequência também eram respeitados. No Talmude, uma opinião inteligente de um jovem às vezes prevalecia sobre a de seu mestre. Famosos pares rabi-*talmid*, tais como Hillel e Yochanan ben Zakai, ou Akiva e Meir, demonstram uma verdade profunda desta relação: amor e admiração entrelaçados com disputa, e é assim que deve ser. Discordância, dentro dos limites da razão, é o nome do jogo. Um bom aluno é aquele que judiciosamente critica seu mestre, oferecendo uma interpretação nova e melhor.

Rabi e aluno tipicamente não eram um par isolado. Espera-se que alunos se tornem professores, formando sequências de eruditos ao longo de muitas gerações. O *locus classicus* mishnaico é este: “E Moisés recebeu a Torá do Sinai, e a passou a Josué, e Josué aos

anciãos, e os anciãos aos profetas, e os profetas a passaram aos homens da Grande Assembleia”.

Esta cadeia, conta-nos Rachel Elijor, faz injustiça aos sacerdotes e levitas de Israel. Foram eles os primeiros escribas e professores da Torá. Uma fissura geológica ocorreu entre sua longa tradição e os sábios do Segundo Templo, que selaram o cânone escrito e proibiram acréscimos posteriores às escrituras, ao mesmo tempo em que pavimentaram uma nova via elevada para a Torá oral. Este termo abrange as numerosas discussões rabínicas que acabaram por constituir a Mishná e o Talmude. Supostamente teriam se iniciado logo depois que a Torá escrita foi dada no Monte Sinai, mas sua prática e documentação provavelmente se seguiram ao momento em que a Bíblia foi selada. Desenvolveu-se então um novo modelo conversacional, com livres discussões, interpretações e aventuras eruditas a se acumularem sobre os livros canonizados. Com o passar dos séculos, também essas trocas de ideias foram postas em pergaminho.

Durante a tempestuosa época do Segundo Templo, surgiu um campo de tensão entre os sacerdotes apegados ao texto e os sábios criativos e questionadores. Os sábios, diz Elijor, formavam uma verdadeira democracia de debate e interpretação: uma democracia totalmente masculina, é verdade, presa à hierarquia do brilhantismo intelectual, mas aberta a todo homem judeu com inclinação cerebral, independente de nascimento ou status.

Note-se a dinâmica inusitada: não uma simples linhagem oral-para-escrita, mas um saber falado ou cantado transformado muito cedo em textos escritos, que foram substancialmente expandidos, editados e finalmente santificados, ato que abriu uma nova era de conversação criativa, finalmente registrada em livros. A cultura judaica tornou-se altamente adepta tanto do estudo falado como do escrito. Mas a tensão embutida entre o inovador e o sacrossanto — atravessando igualmente o oral e o escrito — sobrevive até hoje.

E assim foi, os sábios da Mishná, os *tanaim*, passam a tocha adiante para os *amoraim* do Talmude, os *savoraim* pós-talmúdicos, os *gueonim* que floresceram por volta de 700 EC, os *rishonim* do fim da era medieval, até os *achronim* do início da era moderna. Este último termo significa “os últimos”, e no começo da era moderna a ortodoxia judaica de fato congelou em seus caminhos intelectuais, incapaz de renovar a própria casa. Mas a não ortodoxia judaica manteve a tradição à sua própria maneira, manobrando seus variegados cursos entre Moisés e a modernidade. Reunido neste moderno fio da erudição judaica, interagindo aberta e prazerosamente com o mundo não judaico, repleto de atritos, de mentalidade plural, este moderno continuum incorpora Mendelssohn (o terceiro grande Moisés, depois do profeta e Maimônides), Asher Ginzberg (mais conhecido com Ahad Ha’am), Gershom Scholem, Franz Rosenzweig, Martin Buber, Emmanuel Levinas, Mordecai Kaplan, Abraham Joshua Heschel e Yeshayahu Leibowitz. Todos estes pensadores ainda pertencem, por sua própria luz, à grande corrente da erudição judaica, iniciada mítica e textualmente no Monte Sinai por Moisés, o primeiro mestre.

Mais ao longe, sem fazer parte da corrente autoprofessada, mas com algum rabi erudito, ou mãe culta, ou cântico de sinagoga ainda tremulando em seu horizonte biográfico, encontram-se Heine e Freud, Marx e os irmãos Marx, Einstein e Arendt, Hermann Cohen e Derrida. Estamos listando-os aqui não só por terem sido judeus — não estamos no negócio de fazer inventários — mas porque é evidente que estes pensadores e artistas tinham gravado algo íntima e textualmente judaico.

Há um terceiro grupo. Os modernos judeus “desacorrentados” têm uma ancestralidade de indivíduos que optaram por se desligar da sequência ortodoxa da erudição rabínica, mas não sem que antes esta tivesse deixado alguma marca neles; Jesus, Josefo,

Spinoza. Como nos dois grupos anteriores, há muitos, muitos outros.

Se a erudição histórica tem algo a dizer sobre o assunto, então é claro que o relato mishnaico de uma corrente antiga de sabedoria rabínica é falho e cheio de furos. Muita coisa está envolta no mito. Não sabemos se Moisés algum dia existiu, e Josué, conforme insinuamos, não nos parece um grande sábio da Torá, estando mais para um senhor da guerra regional. E quem foram exatamente os Anciãos? O que sabemos nós sobre a Grande Assembleia? O que aconteceu na fase inicial do exílio babilônico?

Não sabemos, e o conhecimento em que confiamos não provê respostas, mas sabemos sim que, antes do primeiro milênio AEC, israelitas falando hebraico já tinham um conceito de pertencimento ao povo centrado na memória textual. Era a *Brit*, parcialmente traduzível como “aliança”, denotando sua fidelidade a Deus desde Abraão, e à Torá oral e escrita desde Moisés. A *Brit* de Abraham era familiar; Moisés já foi pastor de um povo, em hebraico *Am*, que se via como descendente dos doze filhos de Jacó, renomeado Israel. Daí Filhos de Israel. Teriam sido Abraão e Moisés meros mitos? Talvez. Mas existe uma cadeia conceitual e textual desde que os primeiros israelitas começaram a usar o termo *Brit*. E, em algum ponto, não depois do terceiro século AEC, uma tradição escrita constante estabilizou-se, para jamais ser extinta.

Desde pelo menos o terceiro século AEC, portanto, enquanto os judeus percorriam a agonizante trilha de “um povo geológico com fissuras/ E desabamentos e estratos e lava incandescente”, sua memória textual cessou de ser geológica; deixou de avançar em saltos e restrições, envolta em mito e adivinhação. Teve início uma biblioteca. Que cresceu. E hoje a temos em nossas prateleiras e nos nossos laptops.

Os *tanaim* começaram como “pares”, cinco gerações de líderes do Sinédrio, dois em cada geração, parceiros e contendores. A última dupla, e a maior delas, Hillel e Shamaï, foi também aquela que cultivou a rivalidade intelectual de forma mais intensa. Aí vem a Mishná, com suas seis gerações de sábios, cada uma liderada por sua vez por um descendente biológico do próprio Hillel, o Ancião. A Mishná estabelece um registro na sobreposição intrínseca das dinastias biológicas de pai-filho e intelectuais de professor-aluno. E pouco importa se o dócil Hillel realmente gerou tantos eruditos mishnaicos proeminentes. Ele os gerou intelectualmente; isto é demonstrável, e basta.

Os dois Talmudes, o jerusalemita com suas seis gerações de estudiosos, e o babilônico, com suas oito gerações, baseiam-se diretamente na Mishná, assegurando o continuum de erudição, que a essa altura já era uma tradição escrita. Durante séculos, ambas as comunidades talmúdicas produziram rabinos e discípulos, que por sua vez também se tornaram rabinos.

Note-se a persistente dualidade, uma característica do estudo judaico ortodoxo até hoje. O estudo rabínico adora dualidades, seja de colegas adversários (tais como Hillel e Shamaï), ou o par professor-aluno. Às vezes pai biológico, professor e interlocutor numa disputa se juntam num só. Imaginem os emaranhados psicológicos! Era um mundo muito masculino, quase sem mulheres, analítico, competitivo, verbal, libidinal.

A contenda intelectual era renhida. “Hillel, o Ancião, teve oitenta discípulos, trinta deles dignos de o Espírito Divino pousar sobre eles, como [pousou sobre] Moisés nosso Mestre, trinta deles dignos de que o Sol se detivesse para eles [como se deteve] para Josué filho de Nun, [e os restantes] vinte eram comuns.” Aquelas salas de aula eram pura elite, pela própria luz de seus próprios ocupantes. E os estudos rabínicos não são para os fracos de coração.

Diferentemente da Atenas de Sócrates, e de alguns pavilhões de estudo modernos, não se precisava ser um garoto rico para ficar pairando em torno do Mestre. Alguns dos grandes rabinos eram eles próprios humildes artesãos e trabalhadores braçais. Shamaí era construtor, Hillel lenhador, Rabi Yohanan remendão, Rabi Isaac e Rabi Joshua eram ferreiros, Rabi Jose curtidor de couro, Resh Lakish cuidava de pomares, e Rabi Nehemiah era oleiro. Esta lista é atualmente citada com algum entusiasmo em Israel, onde ferve o debate público relativo à difundida aversão dos ultraortodoxos à educação moderna e ao treinamento profissional.

Parte dos temas dos quais se ocupavam os *tanaim* e *amoraim* não nos diz respeito ou é desinteressante para nós, mas algo devemos conceder-lhes: a Mishná e o Talmude documentam as maiores hierarquias de base intelectual anteriores ao surgimento das universidades no Ocidente.

A Mishná em si era muito conscienciosa e curiosa acerca de suas próprias origens eruditas. Seus sábios propunham algumas excelentes questões históricas: por que as tábuas de Moisés tornaram-se uma Torá oral? Como foi que a Torá oral voltou a ser posta novamente por escrito? Por que o antigo alfabeto hebraico foi abandonado, e o alfabeto quadrado assírio adotado para substituí-lo? Rabi Jose pensava que, muitos anos depois de Moisés dar a Torá, Esdras forneceu o roteiro pelo qual a Torá foi daí por diante escrita. Outro rabi sugeriu que o rolo original deve ter sido escrito naquele alfabeto quadrado assírio, e que o perdemos por causa de nossos pecados e o redescobrimos nos tempos de Esdras.

Esta deve ter sido uma das primeiras discussões no campo que hoje chamamos de história do livro. Significativamente, mesmo os *tanaim* sentiam que algumas lacunas históricas merecem explicação. Sentiam uma grande necessidade de preencher esses buracos negros com uma suave genealogia de erudição. Nós, em

contraste, não estamos comprometidos com um continuum iniciado pelo próprio Moisés. Pode ter havido épocas de pouco estudo nos primórdios da história israelita, no começo da Idade do Ferro, quando os humanos extraíam sua subsistência da agricultura, e cidades surgiam e caíam em meio a guerras violentas.

Mas a Torá se difunde a partir dessa mesma Idade do Ferro, e ela nem reconhece nem perdoa a opção de criar seu filho homem ignorante do Texto Sagrado. Não temos evidência histórica de comunidades judaicas iletradas em tempos antigos ou medievais. É razoável supor que por mais de dois milênios e meio os estudiosos judeus mantiveram uma genuína corrente de estudo, que a maioria dos homens judeus era mais ou menos capaz de acompanhar por meio da leitura. Uma linhagem de instrução.

Na nossa era pós-freudiana, os emparelhamentos professor-aluno e pai-filho, às vezes sobrepostos e metaforicamente próximos, detêm grande fascínio. Pensemos no seguinte: a tradição judaica autoriza e encoraja o aluno a se erguer contra o professor, discordar dele, provar que está errado, até certo ponto. Este é um momento freudiano, bastante raro nas culturas tradicionais. E é também uma chave para a inovação intelectual, até certo ponto. Não sabemos se os judeus rabínicos poderiam ter encaminhado a modernidade sozinhos sem aquele poderoso empurrão do mundo exterior. Mas sabemos sim que foram capazes de ensinar ao mundo em processo de modernização uma lição em termos de boa educação questionadora. E também — como testemunham Marx, Freud e Einstein — algo acerca de figuras paternas fortes, rebelião intergeracional e o repensar de velhas verdades.

Até certo ponto, dizemos, porque a rebelião tem seus limites. Não se podia jogar fora toda aquela coisa de Deus, fé e Torá. Se você fizesse isso, podia ser expulso. Mesmo sendo brilhante e amado como Elisha ben Abuya, o senhor caído do estudo mishnaico que passou para os romanos, seu nome seria apagado dos registros

como punição pela sua apostasia. Mas espere: a sabedoria de Elisha era grande demais para se obliterar, então ainda assim ele seria citado, e ainda aparece no Talmude como “O Outro”. *Acher*.

Isso nos leva para os diversos papéis de Deus em numerosas tramas bíblicas e talmúdicas. Mesmo não crentes não podem ignorar a importância crucial da Deidade para a história. De Criador único ele se torna um poderoso agente de intervenção e mudança, embora nunca mais tenha agido sozinho após o aparecimento de Adão e Eva. Os seres humanos sempre giram as rodas da trama junto com o Todo Poderoso, e muitas vezes na sua ausência. Na Bíblia, e mais claramente no Talmude, Deus é um Pai, mas não um pai nos moldes cristãos. Ele é pai de todos os Filhos de Israel, e na sua forma feminina diaspórica de *Shechiná*, o invólucro da presença divina, ele até lhes serve um pouco como mãe, mas ao mesmo tempo é um Professor rigoroso e responsável. A história do Deus judaico é portanto a história das noções evolventes de Paternidade, do antigo, e muitas vezes irado, Senhor das Multidões que tudo vê para o moderno pranto de órfãos que perdem a fé e lamentam o vazio da presença paterna.

Isso explica a nossa opção de manter o Todo Poderoso dotado de gênero, e masculino. A maioria dos israelenses nem sequer tem consciência das progressivas práticas litúrgicas de despir Deus de seu gênero, ou atribuir-lhe um gênero duplo, ou feminizá-lo. Nossa própria perspectiva secular desenvolveu-se a partir de uma moderna geração de céticos que abandonou, como veremos no caso de Agnon, a deidade distintamente paterna. Ou melhor, sentiu-se abandonada por ela.

Quando Rabi Meir pediu a Elisha ben Abuya que se arrependesse, este — montado a cavalo, em pleno Shabat! — retrucou que ouvira a palavra de Deus de “trás do véu”: “Voltai, filhos iníquos [Jeremias 3,14] — exceto *Acher*”. Deus o Pai e Mestre pode perdoar muitos filhos que erram, mas não Elisha, pois a enormidade

de sua traição comparava-se à sua compreensão do divino. Logo, Deus deixou o filho que estava mais próximo dele definhar às portas do céu. Não podia sequer mandá-lo para o inferno, pois ele estudara muito a Torá.

Então, rendamos graças a figuras fraternas. Pois, como o Talmude babilônico vai adiante para nos dizer, após a morte de ben Abuya, Rabi Meir e Rabi Yohanan deram um jeito de revirar as coisas de tal modo que, quando você vira da página 15a para a 15b no Tratado Haguígá, a alma do pecador *Acher* veio a descansar em paz, presumivelmente no paraíso.

Muitas disputas eram perfeitamente legítimas, e relatadas com orgulho. O judaísmo pode conter um bocado de rivalidade sob suas vestes — talvez porque, no fim de cada sessão de discussão, os sábios podiam ir para casa, para a esposa, filhos e comida quente sobre a mesa. Era um universo intelectual masculino, com certeza, mas não era nem celibatário nem espartano.

A palavra *chutzpá* — ousadia, atrevimento —, aliás, provém do conceito talmúdico de uma “corte de justiça impudente”, *beit din chatzuf*, onde dois leigos julgam disputas financeiras, ainda que os sábios tenham decretado que três leigos são o quorum para tais decisões. De maneira bem típica, os rabis discordavam sobre a questão de as decisões das cortes impudentes serem ou não aceitáveis. Alguns diziam que sim. *Chutzpá* pode ser desagradável, mas está aqui para ficar.

O Talmude é muito bonito quando carrega uma grande discordância com dignidade. Na sedutora história do Forno de Achnai — como poderíamos passar por cima dessa deliciosa fatia talmúdica? — o próprio Deus tenta intervir num debate rabínico, e termina derrotado. Não importa que esta complexa história seja enrolada como uma cobra, amontoada confusamente, com um

triste final para um dos rabis. Sua essência continua sendo adorável aos olhos modernos:

Nesse dia Rabi Eliezer apresentou cada argumento imaginável, mas eles não aceitaram. Disse-lhes ele: “Se a *Halachá* estiver de acordo comigo, que esta alfarrobeira o prove!”. Ao que a alfarrobeira foi deslocada cem cúbitos de seu lugar — outros afirmam, quatrocentos cúbitos. “Nenhuma prova pode ser dada por uma alfarrobeira”, retorquiram eles.

As picuinhas da disputa em si, talvez sobre um fogão ou talvez sobre uma cobra, não são o ponto focal. Mas é absolutamente emocionante que Deus tenha resolvido intervir, lançando milagres em apoio a Rabi Eliezer ben Horkanos. E que todo um grupo de rabinos tenha considerado esses milagres irrelevantes para a disputa, este é o cerne da questão.

Mais uma vez [Eliezer] lhe disse: “Se a *Halachá* estiver de acordo comigo, que este córrego d’água o prove!”, ao que o córrego correu para trás — “Nenhuma prova pode ser dada por um córrego d’água”, retrucaram eles. Mais uma vez ele insistiu: “Se a *Halachá* estiver de acordo comigo, que as paredes da escola o provem!”, ao que as paredes se inclinaram como para cair. Mas Rabi Joshua repreendeu as paredes, dizendo: “Quando eruditos estão envolvidos numa disputa haláchica, o que tendes a interferir?”

Aquelas desafortunadas paredes, aliás, permaneceram tortas. “Logo, não caíram, em honra a Rabi Joshua, e tampouco voltaram a se endireitar, em honra a Rabi Eliezer; e assim estão elas até hoje, inclinadas.” Gostamos deste pequeno aparte porque é revelador em dois pontos: o respeito no estilo talmúdico e a arquitetura no estilo talmúdico.